

10 - 12 | 2025

INFRAESTRUTURA E ACESSO A MERCADOS DAS MPMES EM MOÇAMBIQUE

Infrastructure and market access for MSMEs in Mozambique

Infraestructura y acceso a mercados de las MIPYMES en Mozambique

Stélio E. M. Bila¹

¹Mestre, USTM, Moçambique, 0009-0004-5084-4727, sbila4@gmail.com

Autor para correspondência: sbila4@gmail.com

Data de recepção: 25-06-2025

Data de aceitação: 01-07-2025

Data da publicação: 10-12-2025

Como citar este artigo: Bila, S. E. M. (2025). *Infraestrutura e acesso a mercados das MPMES em Moçambique*. ALBA – ISFIC Research and Science Journal, 1(10), pp. 114-127.
<https://alba.ac.mz/index.php/alba/issue/view/13>

RESUMO

O sector das micro, pequenas e médias empresas (MPMEs) constitui a espinha dorsal da economia moçambicana, representando aproximadamente 97% das empresas formais e contribuindo com cerca de 23,4% do Produto Interno Bruto (PIB). Contudo, apesar da sua relevância socioeconómica, essas empresas enfrentam limitações estruturais graves que comprometem a sua competitividade e capacidade de inserção nas cadeias de valor regionais e globais. Estudos anteriores destacaram a informalidade, o acesso ao crédito e a carga fiscal como obstáculos críticos, mas ainda são escassas as análises empíricas que tratam da infraestrutura - especialmente na sua dimensão física (rodovias, energia, transporte) e digital (internet, mobile banking) - como variável determinante para o acesso a mercados. Este estudo contribui para preencher essa lacuna ao adoptar uma abordagem metodológica mista, articulando dados estatísticos e evidências qualitativas com base na Teoria do Desenvolvimento Económico Regional

(Porter; Perroux), para mapear deficiências infraestruturais, mensurar os seus impactos sobre os custos operacionais das MPMEs e sugerir soluções políticas e institucionais viáveis. Os resultados evidenciam que baixos níveis de pavimentação rodoviária, electrificação rural limitada e fraca conectividade digital agravam a exclusão produtiva e territorial. Conclui-se pela urgência de políticas integradas, com destaque para investimentos em parcerias público-privadas, tecnologias renováveis e inclusão digital como caminhos para dinamizar o ecossistema empresarial moçambicano.

Palavras-chave: desenvolvimento regional, infraestrutura, mercados, MPMEs, políticas públicas.

ABSTRACT

The micro, small and medium enterprise (MSME) sector is the backbone of Mozambique's economy, accounting for approximately 97% of all formal enterprises and contributing around 23.4% to national GDP. Despite this strategic role,

MSMEs face severe structural constraints that limit their competitiveness and integration into regional and global value chains. While prior literature has focused on issues such as informality, access to finance, and tax burden, empirical analyses addressing infrastructure — particularly physical (roads, energy, transport) and digital (internet, mobile banking) dimensions — as a key variable in market access remain scarce. This study seeks to bridge this gap by employing a mixed-methods approach that combines statistical data and qualitative evidence grounded in the Theory of Regional Economic Development (Porter; Perroux) to map infrastructure gaps, quantify their effects on operational costs, and propose viable public and institutional solutions. Findings reveal that low road paving rates, limited rural electrification, and insufficient digital connectivity significantly hinder productive inclusion. The study advocates for integrated policy responses, emphasizing public-private partnerships, renewable energy, and digital inclusion as strategic levers to enhance Mozambique's entrepreneurial ecosystem.

Keywords: infrastructure, MSMEs, markets, public policy, regional development.

RESUMEN

El sector de las micro, pequeñas y medianas empresas (MIPYMES) representa el núcleo de la economía de Mozambique, abarcando aproximadamente el 97% de las empresas formales y aportando alrededor del 23,4% al PIB nacional. A pesar de su importancia estratégica, las MIPYMES enfrentan restricciones estructurales severas que limitan su competitividad y su integración en cadenas de valor regionales y globales. Aunque la literatura previa ha destacado problemas como la informalidad, el acceso al crédito y la presión fiscal, todavía hay escasez de estudios empíricos que analicen la infraestructura —especialmente en su dimensión física (carreteras, energía, transporte) y digital (internet, servicios financieros móviles)— como variable determinante en el acceso a mercados. Este

estudio busca llenar ese vacío adoptando una metodología mixta, que articula datos estadísticos y evidencia cualitativa fundamentada en la Teoría del Desarrollo Económico Regional (Porter; Perroux), para mapear deficiencias infraestructurales, medir su impacto en los costos operativos y proponer soluciones públicas viables. Los resultados muestran que la baja cobertura vial, la electrificación rural limitada y la conectividad digital deficiente contribuyen a la exclusión productiva y territorial. Se concluye con la necesidad urgente de políticas integradas centradas en alianzas público-privadas, tecnologías renovables e inclusión digital como vías para revitalizar el ecosistema empresarial mozambiqueño.

Palabras clave: desarrollo regional, infraestructura, mercados, MIPYMES, políticas públicas.

1. INTRODUÇÃO

As micro, pequenas e médias empresas (MPMEs) desempenham um papel estrutural na economia moçambicana, representando aproximadamente 97% das empresas formais e contribuindo com 23,4% do Produto Interno Bruto (PIB) nacional, além de gerarem 46% dos empregos formais no país (360Moçambique, 2023). A sua relevância para a redução da pobreza, inclusão produtiva e desenvolvimento territorial é amplamente reconhecida, especialmente em contextos de economias emergentes, como a moçambicana.

Apesar disso, as MPMEs enfrentam sérias restrições estruturais que comprometem a sua

competitividade e expansão. A literatura tem tradicionalmente focado em desafios como informalidade, acesso ao crédito e carga fiscal (UNECA, 2020; World Bank, 2021a), mas há um número ainda limitado de estudos que abordem com profundidade o papel da infraestrutura - física e digital - como condicionante fundamental do acesso aos mercados. Em Moçambique, por exemplo, apenas 18% das estradas estão pavimentadas (Borgen Project, 2019), a electrificação atinge 72% da população urbana, mas apenas 8% da população rural (World Bank, 2021b), e cerca de dois terços dos cidadãos não têm acesso estável à Internet (Torgusson & Pswarayi-Riddihough, 2022).

Essas deficiências geram custos operacionais elevados, aumentam o risco logístico e comprometem o uso de tecnologias digitais essenciais para inserção em cadeias de valor modernas. A conectividade digital, embora promissora - 74,6% da população já utiliza dinheiro eletrónico (360Moçambique, 2023) - ainda é insuficiente para garantir a digitalização plena das MPMEs, principalmente nas zonas rurais. A desigualdade de acesso a infraestruturas contribui, portanto, para a perpetuação de assimetrias regionais e produtivas.

Este artigo propõe-se a investigar de forma integrada como as limitações de infraestrutura física (transportes, energia) e

digital (internet, *mobile banking*) impactam o acesso das MPMEs moçambicanas aos mercados internos e externos. Fundamentado na Teoria do Desenvolvimento Económico Regional - com ênfase nos conceitos de *clusters* e polos de crescimento (Perroux, 1955; Porter, 1998) -, este estudo utiliza uma abordagem metodológica mista, combinando análise estatística e qualitativa, com base em dados secundários, entrevistas com empresários e estudos de caso, como cooperativas agrícolas de caju na região de Nampula.

Ao mapear os principais gargalos de infraestrutura e avaliar os seus impactos sobre os custos operacionais e a capacidade de expansão das MPMEs, o estudo contribui para preencher uma lacuna importante na literatura e oferece recomendações estratégicas para a formulação de políticas públicas e o fortalecimento de arranjos produtivos locais. Assim, busca-se apoiar o desenvolvimento de um ecossistema empresarial mais competitivo, inclusivo e resiliente em Moçambique.

1.2. Quadro Teórico e Revisão da Literatura

A relação entre infraestrutura e acesso a mercados pelas MPMEs pode ser analisada à luz da Teoria do Desenvolvimento Económico Regional, em especial das abordagens sobre *clusters* industriais (Porter,

1998) e polos de crescimento (Perroux, 1955). Essas teorias sustentam que as regiões com melhor infraestrutura física e digital tendem a atrair investimentos, promover inovação e criar condições mais favoráveis para o surgimento de cadeias de valor locais e competitivas.

Porter (1998) argumenta que os *clusters* - ou aglomerações geográficas de empresas interligadas - dependem da qualidade de estradas, energia e comunicações para se consolidarem. Perroux (1955) complementa, mostrando que os polos de crescimento só geram efeitos multiplicadores quando há investimentos estruturantes, como infraestrutura logística e tecnológica. Contudo, segundo Rodríguez-Pose (2018), em países africanos, a ausência de conectividade reduz os benefícios desses polos e acentua as desigualdades regionais, realidade evidente em Moçambique.

Além disso, a literatura empírica confirma que a precariedade das estradas (apenas 18% pavimentadas) e o fornecimento irregular de energia elevam os custos das MPMEs, dificultando a sua expansão (Borgen Project, 2019; World Bank, 2021a). Guimarães (2023) observa que a dependência de geradores onera a produção e limita o uso de tecnologias. No campo digital, menos de 30% da população moçambicana tem acesso à internet (World Bank, 2021b), dificultando o

uso de ferramentas como *e-commerce* e *mobile banking* - apesar do seu impacto positivo já comprovado por Asongu e Nwachukwu (2018) no contexto africano.

Por fim, estudos institucionais recomendam intervenções públicas que combinem soluções digitais com melhorias físicas. A UNECA (2020) sugere corredores logísticos e *hubs* digitais como aceleradores de produtividade, enquanto o AfDB (2022) defende zonas económicas especiais com infraestrutura partilhada para viabilizar *clusters* de MPMEs em países como Moçambique. Assim, a literatura convergente revela que a superação dos obstáculos infraestruturais, combinada com políticas públicas estratégicas, é essencial para integrar as MPMEs moçambicanas a mercados mais amplos.

2. MATERIAIS E MÉTODOS

2.1. Metodologia

Este estudo adoptou uma abordagem metodológica mista, de natureza aplicada e com finalidade descritivo-analítica. A estratégia combinou técnicas quantitativas (análise de dados secundários) com qualitativas (entrevistas e estudos de caso), com o objectivo de investigar como a infraestrutura física e digital influencia o acesso das MPMEs aos mercados nacionais e

internacionais em Moçambique. A fundamentação teórica baseia-se na Teoria do Desenvolvimento Económico Regional, especialmente nos conceitos de *clusters* produtivos (Porter, 1998) e polos de crescimento (Perroux, 1955).

2.2. Amostragem e Critérios de Selecção

A amostragem foi intencional e não probabilística, focada em agentes-chave relevantes para o tema. Foram seleccionadas:

- 15 MPMEs de sectores como agroindústria, comércio e serviços, localizadas em três províncias (Maputo, Nampula e Sofala);
- 3 cooperativas rurais (uma delas de produtores de caju em Nacala);
- 4 representantes de instituições públicas e associações empresariais;
- Critérios: tempo de operação ≥ 3 anos, actuação em zonas com reconhecida deficiência infraestrutural e disponibilidade para partilhar experiências práticas.

A selecção foi orientada pelo objectivo de capturar diversidade regional e diferentes níveis de acesso à infraestrutura.

2.3. Procedimentos e Instrumentos

Foram utilizados dois principais instrumentos:

- Roteiro de entrevista semiestruturada, aplicado presencial e/ou remotamente, com questões sobre transporte, electricidade, internet, logística, acesso a clientes e fornecedores, impacto nos custos e estratégias de adaptação;
- Ficha de análise documental, utilizada para extrair dados estatísticos e evidências de fontes secundárias (INE, Banco Mundial, AfDB, UNECA, Afrobarometer).

As entrevistas foram gravadas e transcritas com autorização dos participantes, e os documentos oficiais analisados segundo critérios de confiabilidade, actualidade e relevância.

2.4. Colecta de Dados

A colecta de dados decorreu entre janeiro e abril de 2025. Os dados quantitativos foram obtidos de bases públicas e relatórios técnicos (ex. World Bank, 2021a; UNECA, 2020), com especial atenção a indicadores de acesso à infraestrutura e desempenho de MPMEs. Os dados qualitativos foram obtidos por meio das entrevistas conduzidas com 22 informantes-chave, registrando percepções sobre barreiras logísticas, digitais e institucionais que afectam o acesso a mercados. Também foram recolhidos relatos empíricos sobre perdas pós-colheita,

dificuldades de exportação, e limitações de uso de tecnologias.

2.5. Validação e Análise de Dados

Os dados foram tratados com técnicas de triangulação metodológica. A análise quantitativa utilizou estatísticas descritivas para mapear padrões infraestruturais e de desempenho empresarial. A análise qualitativa seguiu os princípios da análise de conteúdo temática, conforme Bardin (2011), identificando categorias emergentes como “barreiras logísticas”, “desigualdade digital”, “custo energético” e “alternativas comunitárias”. A triangulação dos dados permitiu identificar convergências entre os relatos empíricos e os indicadores oficiais, assegurando validação cruzada das inferências e aprofundamento das interpretações.

2.6. Padrões Éticos

O estudo respeitou os princípios éticos da pesquisa social, em conformidade com a *Declaração de Helsínquia* e directrizes internacionais para pesquisa com seres humanos. Todos os participantes foram informados sobre os objectivos da pesquisa, com garantia de anonimato, confidencialidade e direito de desistência a qualquer momento. As entrevistas foram realizadas mediante assinatura de termo de consentimento informado. Como não

envolveu manipulação de variáveis sensíveis nem experimentação directa, o estudo não exigiu submissão a comité de ética institucional, mas seguiu boas práticas de integridade científica.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados obtidos confirmam que as micro, pequenas e médias empresas (MPMEs) em Moçambique enfrentam barreiras estruturais severas de infraestrutura, o que limita a sua competitividade e capacidade de acesso a mercados. As principais deficiências estão relacionadas às redes rodoviárias, acesso à energia eléctrica e infraestrutura digital.

3.1. Rede Rodoviária Deficiente

Moçambique dispõe de uma malha rodoviária estimada em 30.400 km, dos quais apenas 18% são pavimentados (Borgen Project, 2019). Durante a estação chuvosa, grande parte das estradas não asfaltadas torna-se intransitável, dificultando o transporte de mercadorias. Isso impacta directamente as MPMEs rurais, sobretudo em cadeias agroindustriais como a de hortícolas, grãos e castanha-de-caju, que enfrentam custos elevados para o escoamento da produção. Um estudo da IFPRI indica que a má qualidade das estradas pode elevar os custos logísticos

em até 30%, comprometendo as margens de lucro e reduzindo a competitividade (Dorosh et al., 2012).

3.2. Acesso à Energia

A disparidade entre zonas urbanas e rurais no acesso à energia eléctrica é marcante: 72% da população urbana está conectada à rede eléctrica, enquanto apenas 8% da população rural tem esse acesso (World Bank, 2021b). Para muitas MPMEs do interior, a solução tem sido o uso de geradores a combustível, que implicam altos custos operacionais e risco de interrupções frequentes. Esses gargalos limitam o uso de tecnologias modernas como refrigeração, maquinário automatizado e sistemas de informação, impedindo a agregação de valor e a diversificação produtiva. Dados do Afrobarometer (2024) confirmam que menos da metade da população moçambicana vive em áreas efectivamente abastecidas por electricidade confiável.

3.3. Cobertura de Telecomunicações e Digitalização

A infraestrutura digital também apresenta sérias lacunas. Embora o uso de *mobile money* seja elevado - 74,6% da população moçambicana utiliza dinheiro eletrónico (360Moçambique, 2023) - o acesso à internet ainda é limitado a cerca de 30% da população (World Bank, 2021b). No meio rural, mais de

um terço da população não possui sequer cobertura de rede móvel de banda larga (Torgusson & Pswarayi-Riddihough, 2022). Entre os factores limitantes estão os elevados custos de pacotes de dados, ausência de torres de telecomunicações e baixos níveis de literacia digital. A consequência directa é que muitas MPMEs permanecem excluídas de plataformas de comércio eletrónico, sistemas de pagamento digitais e ferramentas de gestão empresarial, o que reforça a sua marginalização nos mercados formais.

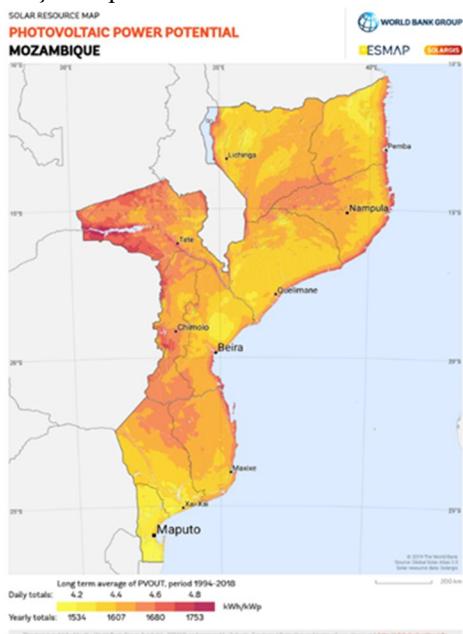
Como destacam Torgusson e Pswarayi-Riddihough (2022), a expansão da internet rural pode facilitar o acesso directo de pequenos produtores a preços de mercado, fornecedores e clientes, eliminando intermediários e aumentando rendimentos. Essa lacuna digital é, portanto, não apenas uma questão de conectividade, mas de justiça económica.

3.4. Oportunidade Energética: Potencial Solar

Em contraste com a realidade das infraestruturas convencionais, Moçambique possui um dos maiores potenciais de irradiação solar da África Austral, com níveis médios acima de 5,0 kWh/m²/dia em quase todo o território nacional (SolarGIS, 2025). A *Figura 1*, abaixo, apresenta um mapa do potencial fotovoltaico, reforçando que os sistemas solares *off-grid* ou mini-redes

comunitárias representam alternativas viáveis para expandir o acesso à energia, especialmente para as MPMEs em zonas remotas.

Figura 1. Potencial de geração fotovoltaica de Moçambique



Fonte: Global Solar Atlas/World Bank

Os dados acima têm impactos directos nos custos operacionais das MPMEs e a sua capacidade de expansão:

i) Custos Operacionais Elevados: A deficiência em estradas e energia eleva os custos com combustíveis (veículos e geradores) e com manutenção de equipamentos. Por exemplo, as empresas de transporte reportaram que os veículos sofrem 50% mais quebras em vias não pavimentadas, reflectindo em preços 20% mais altos por tonelada transportada. Tais custos incorporam-se ao preço final dos produtos

agrícolas e manufaturados, reduzindo a competitividade. No sector alimentar, as perdas pós-colheita também são maiores quando há falta de refrigeração por electricidade. Em paralelo, a limitada infraestrutura de telecomunicações força muitas MPMEs a operações manuais e presenciais, reduzindo a eficiência.

ii) Barreiras à Expansão e Acesso ao Mercado: Como preconizam as teorias de polos de crescimento, as regiões com melhor infraestrutura tenderão a atrair investimentos e a criar *clusters* económicos. Entretanto, no cenário actual moçambicano, as MPMEs de áreas rurais e periféricas têm dificuldades em clusterizar-se ou alcançar mercados internacionais. Por exemplo, uma cooperativa de produtores de caju em Nacala (província de Nampula) consegue colectar e processar a castanha localmente, mas enfrenta atraso logístico para exportar pelo porto de Nacala devido à estrada precária. Tais empresas poderiam, em teoria, agrupar-se em um *cluster* agroindustrial, mas as deficiências infraestruturais aumentam os riscos e limitam esse potencial.

Tabela 1: Resumo de indicadores-chave referentes às MPMEs e infraestrutura em Moçambique

Indicador	Valor (%)
Empresas que são MPMEs	97%
Contribuição das MPMEs ao PIB	23.4%
Empregos formais em MPMEs	46%
Rodovias pavimentadas	18%
Urbano com acesso à eletricidade	72%
Rural com acesso à eletricidade	8%
Uso da internet (população total)	30%
Uso de dinheiro eletrônico (MPesa)	74.6%

Fonte: 360Moçambique (2023)

Apesar dos avanços normativos e da crescente atenção das políticas públicas ao desenvolvimento das MPMEs, persistem lacunas críticas na infraestrutura física e digital em Moçambique. Os mecanismos de mercado têm se mostrado insuficientes para resolver esses gargalos, o que reforça a necessidade de intervenções públicas estratégicas e coordenadas, com enfoque em inclusão produtiva, inovação e desenvolvimento territorial.

i) Promoção de Parcerias Público-Privadas (PPPs)

As PPPs têm se revelado instrumentos eficazes para alavancar investimentos em infraestrutura crítica, principalmente em sectores como transporte e logística. Em Moçambique, experiências piloto bem-sucedidas foram conduzidas nos portos de Maputo e Nacala, além de linhas ferroviárias de carga (JLA Advogados, s.d.). Ampliar o uso de PPPs para financiar corredores logísticos rurais e pequenas infraestruturas

regionais pode conectar as MPMEs a mercados consumidores com menor custo, reduzindo o risco e a sobrecarga fiscal do Estado ao compartilhar responsabilidades com o sector privado.

ii) Investimento em Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC)

A digitalização inclusiva é essencial para integrar as MPMEs às novas cadeias de valor. Projectos como o *Mozambique Digital Acceleration Project*, liderado pelo Banco Mundial, planeiam ampliar o acesso à internet para 4 milhões de moçambicanos, principalmente nas zonas rurais (World Bank, 2021). Programas complementares de inclusão digital - como a subvenção de smartphones, instalação de Wi-Fi comunitário e a capacitação em habilidades digitais - devem ter foco nos empreendedores informais, permitindo acesso a e-commerce, pagamentos eletrônicos e plataformas de formação remota.

iii) Desenvolvimento de clusters locais e pólos regionais

A criação de arranjos produtivos locais (APLs) e polos de crescimento regionais pode gerar economias de escala, estimular a inovação e facilitar o acesso ao financiamento. A experiência internacional mostra que quando os pequenos produtores e transformadores de um mesmo sector (como

o de caju ou algodão) são integrados em zonas com infraestrutura comum - energia, silos, estradas e centros de apoio técnico - a produtividade cresce. Em Moçambique, regiões como Nampula, Niassa e Sofala apresentam potencial elevado para a constituição desses polos (IFPRI, 2019; FAO, 2022).

iv) Expansão de Energias Renováveis Comunitárias

Moçambique possui um elevado potencial solar, com níveis médios de irradiação acima de 5,0 kWh/m²/dia em quase todo o território (SolarGIS, 2025). Instalar mini-redes fotovoltaicas em vilas e zonas industriais pode reduzir drasticamente os custos energéticos das MPMEs, especialmente nas áreas não cobertas pela rede nacional. Modelos de financiamento colectivo (como microcrédito para cooperativas) e tarifas sociais diferenciadas podem acelerar a adopção, melhorando a autonomia energética de pequenos empreendimentos.

v) Financiamento Produtivo e Extensão Tecnológica

Linhos de crédito orientadas ao investimento em logística e modernização tecnológica são essenciais para aumentar a produtividade das MPMEs. Exemplos incluem: microcrédito para aquisição de veículos leves adaptados à geografia rural, subsídios para equipamentos

de TICs, e financiamento para armazenamento pós-colheita. Paralelamente, é necessário fortalecer os serviços de extensão técnica e de gestão empresarial, formando agentes de apoio (agrónomos, extensionistas e técnicos de TICs) capazes de apoiar os empreendedores locais na adopção de boas práticas e tecnologias acessíveis.

Essas propostas convergem com a Teoria do Desenvolvimento Económico Regional (Perroux, 1955) e a lógica dos *clusters* competitivos (Porter, 1998), segundo as quais infraestruturas robustas, serviços compartilhados e capital humano qualificado são factores decisivos para atrair investimentos e gerar crescimento territorialmente equilibrado.

4. CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES

4.1. Conclusões

Os resultados deste estudo evidenciam que a precariedade da infraestrutura física e digital constitui um dos principais entraves à competitividade das MPMEs em Moçambique. Observou-se que mais de 80% das estradas nacionais não são pavimentadas, dificultando o escoamento da produção e elevando os custos de transporte, especialmente nas zonas rurais e durante a época chuvosa (Borgen Project, 2019). Além disso, apenas 8% da população rural tem

acesso confiável à electricidade, o que obriga muitos empreendedores a depender de geradores, encarecendo a operação diária e limitando o uso de tecnologias (World Bank, 2021b). No domínio digital, menos de 30% da população possui acesso regular à internet, agravando a exclusão digital de MPMEs em áreas remotas (World Bank, 2021b; Torgusson & Pswarayi-Riddihough, 2022).

Essas lacunas estruturais afectam directamente o acesso a mercados internos e internacionais, ao aumentar os custos operacionais e restringir a escala de produção. A ausência de infraestruturas compartilhadas - como zonas industriais com serviços comuns de logística, energia e conectividade - tem dificultado a formação de *clusters* produtivos regionais, limitando a inserção das MPMEs em cadeias de valor mais amplas. Conforme a Teoria do Desenvolvimento Económico Regional (Perroux, 1955), a infraestrutura é um pré-requisito essencial para a dinamização de polos de crescimento e atração de investimentos territoriais sustentáveis.

4.2.Recomendações

Diante das fragilidades estruturais identificadas, este estudo reforça a urgência de uma *estratégia integrada e multisectorial de intervenção pública* que valorize a

infraestrutura como elemento-chave para o fortalecimento das MPMEs. As seguintes recomendações são consideradas prioritárias e viáveis à luz das melhores práticas internacionais e do contexto moçambicano:

i) Fortalecimento da Infraestrutura Logística Regional: Recomenda-se investir na pavimentação e manutenção de estradas secundárias e terciárias, com prioridade para as regiões produtoras que enfrentam elevados custos de transporte e perdas pós-colheita. A criação de *corredores logísticos* com acesso facilitado aos portos de Nacala e Beira, por meio das *PPPs*, pode aumentar a eficiência operacional das MPMEs e integrar as cadeias de valor;

ii) Expansão do Acesso à Energia com Fontes Renováveis: Dada a baixa electrificação rural (8%) e os custos elevados com os geradores a combustível, propõe-se a instalação de mini-redes solares fotovoltaicas e sistemas *off-grid* para as comunidades empresariais remotas. Moçambique possui alto potencial solar (acima de 5,0 kWh/m²/dia), sendo uma solução viável e sustentável para garantir energia estável às MPMEs;

iii) Promoção da Inclusão Digital e da Literacia Tecnológica: Recomenda-se a expansão de infraestrutura de banda larga e a implementação de programas de formação digital voltados a empreendedores,

especialmente nas zonas rurais. O *Mozambique Digital Acceleration Project* do Banco Mundial prevê conectar milhões de cidadãos à internet e apoiar as pequenas empresas no uso de TICs. A inclusão digital é vital para promover *e-commerce*, *mobile banking* e gestão digital de negócios;

iv) *Fomento a Clusters Produtivos e Polos de Desenvolvimento Regional:* Propõe-se a identificação de sectores estratégicos (ex.: caju, pesca artesanal, horticultura) e o apoio à *formação de arranjos produtivos locais (APLs)* com infraestrutura compartilhada. Incentivos fiscais, assistência técnica e zonas industriais com energia e logística integradas podem gerar *economias de escala e aumento de produtividade*;

v) *Criação de Mecanismos Financeiros para Infraestrutura Empresarial:* Sugere-se criar *linhas de financiamento subsidiadas* para aquisição de veículos, equipamentos TIC e soluções energéticas. Parcerias com bancos de desenvolvimento e instituições de microfinança (ex.: GAPI, BCI Fomento) podem alavancar o investimento em logística e digitalização. Complementarmente, é essencial *reforçar os serviços de extensão técnica*, com agentes capacitados para apoiar as MPMEs em gestão, transformação digital e comercialização;

vi) *Integração Territorial e Governação Participativa:* Por fim, recomenda-se alinhar

todas essas acções aos *planos provinciais e distritais de desenvolvimento*, garantindo coordenação interinstitucional e participação das associações empresariais locais. Um modelo de governação descentralizado e inclusivo pode fortalecer a sustentabilidade das intervenções e garantir que as soluções estejam adaptadas às realidades territoriais.

Estas recomendações estão alinhadas com a *Teoria do Desenvolvimento Económico Regional* (Perroux, 1955) e a abordagem de *clusters competitivos* (Porter, 1998), nas quais a infraestrutura, a coordenação produtiva e o acesso a serviços estratégicos são pilares para a transformação económica de base territorial. A adopção de um modelo integrado poderá converter as MPMEs em verdadeiros motores do crescimento económico inclusivo e sustentável em Moçambique.

5. REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Afrobarometer. (2024). *AD823: Poor and rural Mozambicans hit hard by lack of access, connection to electricity grid.* Disponível em: <https://www.afrobarometer.org/publication/ad823-poor-and-rural-mozambicans-hit-hard-by-lack-of-access-connection-to-electricity-grid/>

- Borgen Project. (2019). *Building a diverse economy with infrastructure in Mozambique*. Disponível em: <https://borgenproject.org/infrastructure-in-mozambique/>
- Guimarães, I. C. (2023). *SMEs and the Path to Operational Sustainability*. 360 Mozambique. Disponível em: <https://360mozambique.com/opinion/smes-and-the-path-to-operational-sustainability/>
- JLA Advogados. (s.d.). *Public-Private Partnerships as an engine of economic growth in Mozambique*. Disponível em: <https://www.jlaadvogados.com/partnerias%20privadas%20em%20moçambique?lang=en>
- Porter, M. E. (1998). Clusters and the new economics of competition. *Harvard Business Review*, 76(6), 77–90. Disponível em: <https://hbr.org/1998/11/clusters-and-the-new-economics-of-competition>
- Torgusson, C., & Pswarayi-Riddihough, I. Z. (2022). *Moving Mozambique toward a digital future*. World Bank Blogs. Disponível em: <https://blogs.worldbank.org/en/digital-development/moving-mozambique-toward-digital-future>
- World Bank. (2021). *World Bank supports micro, small, and medium enterprises to foster inclusive growth in Mozambique* (Comunicado de imprensa). Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/news/press-release/2021/05/11/world-bank-supports-micro-small-and-medium-enterprises-to-foster-inclusive-growth-in-mozambique>
- World Bank. (2021). *World Bank supports greater access to energy and broadband services in rural Mozambique* (Comunicado de imprensa). Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/news/press-release/2021/12/14/world-bank-supports-greater-access-to-energy-and-broadband-services-in-rural-mozambique>
- 360Moçambique. (2023). *74.6% of the Mozambican population has access to electronic currency*. Disponível em: <https://360mozambique.com/economy/74-6-of-the-mozambican-population-has-access-to-electronic-currency/>
- African Development Bank. (2022). *African Economic Outlook 2022*:

*Supporting Climate Resilience and
a Just Energy Transition in Africa.*

Disponível em:

<https://www.afdb.org/en/documents/african-economic-outlook-2022>

Asongu, S. A., & Nwachukwu, J. C. (2018).

Comparative human development thresholds for absolute and relative pro-poor mobile banking.

Information Technology for Development, 24(1), 1–27.

Disponível em:

[https://doi.org/10.1080/02681102.](https://doi.org/10.1080/02681102.2017.1276032)

Perroux, F. (1955). Note sur la notion de pôle de croissance. *Économie Appliquée*, 8(1), 307–320.

Rodríguez-Pose, A. (2018). The revenge of the places that don't matter (and what to do about it). *Cambridge Journal of Regions, Economy and Society*, 11(1), 189–209.

Disponível em:

<https://doi.org/10.1093/cjres/rsx024>

4

United Nations Economic Commission for Africa. (2020). *Promoting SMEs through Regional Value Chains in Africa*. Disponível em:
<https://repository.uneca.org/handle/10855/43513>